

CAROLINA TUPINAMBÁ  
Coordenadora

## AS NOVAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO

As Novidades Provenientes de  
Leis Trabalhistas Recentes

Prefácio

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

FORUM

A coletânea tem por objetivo abordar, sob diversas perspectivas, as inovações que vêm se operando no direito e processo do trabalho. Neste segundo volume, o tema explorado trata justamente das mudanças ocorridas ou precipitadas por conta das recentes alterações legislativas dedicadas a regulamentar as relações do trabalho e aos modelos possíveis de solução de seus conflitos. Cada volume agrupará de forma temática os cinco fatores desencadeantes mais comuns que motivaram as últimas transformações sentidas no mundo do trabalho, quais sejam, a crise derivada da pandemia da Covid-19, as inovações normativas, o avanço das novas tecnologias, os influxos da globalização e a conscientização de novas formas de solução de conflitos entre capital e trabalho. As pesquisas de professores, acadêmicos, procuradores, magistrados e advogados resultaram na reunião de 76 artigos de autores nacionais e internacionais, muitos deles versando sobre temas ainda não abordados pela doutrina. Assim, a diversidade de pontos de vista destaca-se como um dos diferenciais dessa densa coleção, cujas obras avançam sobre reflexões complexas, constituindo evidente contribuição para o debate acerca dos influxos do terceiro milênio nas relações laborais.



CAROLINA TUPINAMBÁ  
Coordenadora

## AS NOVAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO

### AS NOVIDADES PROVENIENTES DE LEIS TRABALHISTAS RECENTES

Prefácio

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

2

Área específica

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA.

Áreas afins

DIREITO DO TRABALHO  
PROCESSO DO TRABALHO  
DIREITO E TECNOLOGIA.

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES DE DIREITO, PESQUISADORES DA  
ÁREA DO DIREITO DO TRABALHO, ESTUDANTES  
DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA TRABALHISTA  
(*STRICTO E LATO SENSU*).

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm  
CÓDIGO: 10001859

N936 As novas relações trabalhistas e o futuro do Direito do Trabalho: as novidades provenientes de leis trabalhistas recentes/ Carolina Tupinambá (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

305p.

Coleção Fórum as novas relações trabalhistas e o futuro do Direito do Trabalho. Tomo II

ISBN: 978-65-5518-120-3

ISBN da coleção: 978-65-5518-116-6

1. Direito Processual Trabalhista. 2. Direito do Trabalho. 3. Processo do Trabalho. I. Tupinambá, Carolina. II. Título.

CDD 342.6

CDU 349.2

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TUPINAMBÁ, Carolina (Coord.). *As novas relações trabalhistas e o futuro do Direito do Trabalho: as novidades provenientes de leis trabalhistas recentes*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 305p. (Coleção Fórum as novas relações trabalhistas e o futuro do Direito do Trabalho. Tomo II.). ISBN 978-65-5518-120-3.

### **Carolina Tupinambá**

Mediadora certificada. Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutora no Programa de Pós-Doutoramento em Democracia e Direitos Humanos – Direito, Política, História e Comunicação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professora Adjunta de Processo do Trabalho e Prática Trabalhista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Adjunta de Direito do Trabalho da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, ocupante da cadeira nº 47. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Membro do *Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal*. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro do Centro de Estudos Avançados de Processo. Membro da *American Bar Association*. Membro da *Comunidad para la Investigación y el Estudio Laboral y Ocupacional* (CIELO). Autora de livros e artigos na área trabalhista.

Apresentação da coleção .....	15
PREFÁCIO	
<b>Maria Cristina Irigoyen Peduzzi</b> .....	19
O novo velho conflito capital-trabalho: reestruturação produtiva, ideologia neoliberal e a “reforma” trabalhista brasileira	
<b>Bruna da Penha de Mendonça Coelho</b> .....	21
1 Considerações iniciais .....	21
2 Conflito capital-trabalho: a exploração do trabalho alheio e o cerne da autovalorização do capital.....	23
3 Reestruturação produtiva, inovações tecnológicas e seus impactos nas relações de trabalho brasileiras: diminuição do trabalho ou aumento do controle? .....	28
4 Neoliberalismo, ideologia da negação discursiva da exploração e “reforma” trabalhista brasileira .....	33
5 Considerações finais.....	39
Referências .....	41
Jornada 12x36: alterações trazidas com a Lei nº 13.467/2017 e seus reflexos nos contratos de trabalho	
<b>Alessandra Wanderley</b> .....	43
1 A limitação da jornada no direito do trabalho .....	43
2 Alteração de direitos sociais e sua legalidade no atual ordenamento .....	46
3 Considerações antes e após a MP nº 808, de 2017 .....	50
4 Conclusão.....	55
Referências.....	57
Obstáculos e obscuridades no acesso à justiça do trabalho após o advento da Lei nº 13.467/2017	
<b>Carla Sendon Ameijeiras Veloso, Hector Luiz Martins Figueira</b> .....	61
1 Introdução.....	61
2 Perspectiva teórica do acesso à justiça brasileira .....	63
3 Entraves na concessão da gratuidade de justiça e pagamento das custas processuais após a reforma trabalhista.....	66
4 O esvaziamento da justiça do trabalho.....	71
5 Conclusão.....	73
Referências .....	74
Uma análise desprovida de ideologia sobre os principais pontos alterados pela reforma trabalhista	
<b>Roberta de Oliveira Souza</b> .....	77
1 O princípio da proteção posto em xeque .....	77
2 Desenvolvimento .....	81
2.1 A substituição da teoria objetiva da vontade pela subjetiva .....	81
2.2 A equiparação das dispensas individuais às coletivas: que discurso adotar? .....	83
2.3 Direito intertemporal .....	85
2.3.1 Iniciais líquidas .....	85
2.3.2 Execução de ofício .....	87
2.3.3 Regras para interposição de recursos .....	87
2.3.4 Honorários sucumbenciais: STJ x Segunda Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho.....	88

2.4	O fim da compulsoriedade da contribuição sindical por lei ordinária.....	88
3	Conclusão.....	90
	Referências .....	92

#### A tecnologia, o teletrabalho e a reforma trabalhista

##### **Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Francisco Ferreira Jorge Neto.....**93

1	Introdução.....	93
2	Conceitos de tecnologia e de telemática.....	94
3	O fenômeno do teletrabalho.....	96
4	Vantagens e desvantagens econômicas e jurídicas .....	98
5	Modalidades .....	99
6	Natureza jurídica .....	100
7	Aspectos jurídicos do teletrabalho e a reforma trabalhista .....	103
7.1	Morfologia do contrato de trabalho e do teletrabalho .....	104
7.2	O negociado sobre o legislado .....	104
7.3	Cláusulas contratuais específicas .....	104
7.4	Aquisição e manutenção de equipamentos e da infraestrutura .....	105
7.5	Reversibilidade das cláusulas de prestação do trabalho em teletrabalho.....	106
7.6	Jornada de trabalho .....	106
7.7	Saúde do trabalhador e intervalo especial .....	108

#### El modo productivo bajo plataformas digitales y trabajo dependiente

##### **Francisco J. Tapia Guerrero, Carmen Elena Domínguez Soto .....**111

1	La organización del trabajo mediante plataformas y la aplicación de las normas del trabajo por cuenta ajena bajo dependencia o subordinación.....	111
2	Tendencias legislativas: la regulación comercial o el silencio.....	112
3	Tendencias jurisprudenciales y decisiones encontradas.....	113
4	Modelo de negocios y servicios prestados.....	114
5	Concurrencia de los elementos esenciales de la relación de trabajo.....	115
6	Los indicios de autonomía del prestador del servicio en el razonamiento judicial que desestima la demanda.....	116
7	Los indicios de dependencia y ajenidad del prestador del servicio en el razonamiento judicial que acoge la demanda .....	117
8	El balanceo entre los indicios de autonomía y los de dependencia en el fallo que acoge la demanda.....	118
9	La dependencia o subordinación del trabajador, un concepto jurídico flexible.....	118
10	Antes que la dependencia, el modelo organizativo .....	119
11	Los indicios de dependencia varían conforme a la organización del modo productivo.....	120
12	La relación de trabajo y las nuevas formas de organización productiva.....	121
	Bibliografía .....	123

#### A evolução do direito do trabalho e a jurisprudência

##### **José Alberto Couto Maciel .....**125

#### Impactos da política econômica nas relações de trabalho no Brasil: mitos sobre a flexibilização da legislação trabalhista e extinção da estrutura institucional protetiva do direito do trabalho

##### **Luciana Paula Conforti .....**139

1	Introdução.....	139
2	Efeitos da política econômica e da “reforma trabalhista” sobre o mercado de trabalho brasileiro .....	142

3	O direito do trabalho digno como pressuposto de que o trabalho não é mercadoria.....	152
4	Prejuízos ao acesso à justiça decorrentes das “reforma trabalhista” e queda das ações na Justiça do Trabalho .....	156
5	O futuro do trabalho digno e o necessário fortalecimento da estrutura institucional protetiva do direito do trabalho .....	162
6	Conclusão.....	163
	Referências.....	165

#### Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas

	<b>Vicente José Malheiros da Fonseca.....</b>	<b>167</b>
1	Prolegômenos.....	167
2	FUNGET.....	168
3	FOGASA – <i>Fondo de Garantía Salarial da Espanha</i> .....	171
3.1	Origem.....	171
3.2	Sistemática .....	173
3.3	Funcionamento.....	175
4	Abordagens finais.....	176

#### Premiações não salariais estipuladas contratualmente: novo item nos contracheques

	<b>Carolina Tupinambá .....</b>	<b>181</b>
1	Introdução.....	181
2	O alcance da nova redação do dispositivo.....	182
3	A Receita Federal e o posicionamento anunciado a respeito .....	188
4	Quais são os prêmios não salariais, afinal?.....	199
	Referências.....	201

#### Novos tempos: o empregado brasileiro 4.0 e sua jornada de trabalho

	<b>Carolina Tupinambá .....</b>	<b>203</b>
1	Introdução.....	203
2	A modernização das regras acerca de jornada de trabalho em linhas gerais.....	205
3	Os excluídos do regime de controle de jornada .....	208
4	As limitações do tempo de trabalho .....	211
5	Os intervalos e as novas regras.....	215
6	Conclusão.....	216
	Referências.....	217

#### Teletrabalho, modernidade no direito do trabalho

	<b>Fabiano Zavarella.....</b>	<b>219</b>
1	Teletrabalho: definição e conceito .....	219
2	Experiências estrangeiras .....	226
3	Conclusões .....	229
	Referências.....	230

#### Reflexões em torno do regime jurídico do teletrabalho

	<b>Rodolfo Pamplona Filho, Leandro Fernandez .....</b>	<b>233</b>
1	Introdução.....	233
2	Teletrabalho: compreensão.....	234
3	Formalidades contratuais .....	236
4	Alteração entre regime presencial e de teletrabalho.....	239
5	Aquisição e manutenção de equipamentos e infraestrutura.....	242
6	Considerações finais.....	246

Primeiras impressões sobre a regulamentação do regime de teletrabalho no Brasil	
<b>Carlos Augusto Pinto de Vasconcellos Junior</b> .....	247
1 Inserção do teletrabalhador no capítulo II, título II, da CLT, que trata da duração do trabalho .....	247
2 Responsabilidade pelos custos do teletrabalho.....	261
3 Aspectos sobre medicina e segurança do trabalho voltados para o regime de teletrabalho .....	267
4 Conclusão.....	275
Autonomia da vontade frente ao desporto de alto rendimento	
<b>Cristina Ripardo, Ricardo Miguel</b> .....	281
1 Introdução.....	281
2 Princípio da igualdade e sua aplicação desportiva .....	282
3 Igualdade de gênero.....	285
4 Autonomia da vontade e desporto de alto rendimento .....	295
5 Conclusão.....	297
Referências.....	299
SOBRE OS AUTORES.....	301

**Alessandra Wanderley**

Advogada. Mestranda em Direito do Trabalho e Previdência pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduada em Advocacia Pública (UERJ). Pós-Graduanda em Direito Militar (CBEPJUR). Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Membro da Comissão de Estudos do Direito e Processo do Trabalho da OAB/RJ. Presidente da Comissão de Direito Militar (OAB/RJ). Defensora Dativa no Tribunal de Ética OAB/RJ.

**Bruna da Penha de Mendonça Coelho**

Doutoranda em Direito pelo PPGD/UERJ (linha de pesquisa: Teoria e Filosofia do Direito) e em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (linha de pesquisa: Desigualdades, Mobilidade Social e Trabalho). Mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela UERJ. Graduada em Direito pela UERJ.

**Carla Sendon Ameijeiras Veloso**

Professora Universitária na Universidade Veiga de Almeida e Estácio de Sá. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis. Doutoranda em Direito pela Universidade Veiga de Almeida.

**Carlos Augusto Pinto de Vasconcellos Junior**

Pós-Graduando em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Candido Mendes (UCAM/RJ). Chefe da Assessoria Jurídica do 35º ofício do Ministério Público do Trabalho (PRT) da 1ª Região-RJ. Advogado licenciado. Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ).

**Carmen Elena Domínguez Soto**

Profesora de *Derecho del Trabajo y Vicedecana de la Facultad de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Chile*. Dirección electrónica: ceds@uc.cl.

**Carolina Tupinambá**

Mediadora certificada. Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutora no Programa de Pós-Doutoramento em Democracia e Direitos Humanos – Direito, Política, História e Comunicação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professora Adjunta de Processo do Trabalho e Prática Trabalhista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Assistente de Direito do Trabalho da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, ocupante da Cadeira nº 47. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Membro do *Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal*. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro do Centro de Estudos Avançados de Processo. Membro da *American Bar Association*. Membro da *Comunidad para la Investigación y el Estudio Laboral y Ocupacional (CIELO)*. Autora de livros e artigos na área trabalhista.

**Cristina Ripardo**

Advogada. Mestranda em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Professora.

**Fabiano Zavanella**

Advogado. Doutorando em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Mestre em Direito do Trabalho e especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). MBA em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP). Professor de Direito da Faculdade Integral Cantareira, dos cursos de pós-graduação da Universidade Metodista de Piracicaba/SP, da Faculdade de Direito de Sorocaba/SP, no LLM em Direito Empresarial do IBMEC e da pós-graduação da Escola Paulista de Direito/SP e do Complexo Damásio. Diretor Executivo do IPOJUR-SP. Membro do Comitê Executivo da Comunidade CIELO LABORAL e Pesquisador do GETRAB/USP. Autor do livro *Dos direitos fundamentais na dispensa coletiva*, pela Editora LTr, e de diversos artigos e opiniões jurídicas.

**Francisco Ferreira Jorge Neto**

Desembargador do Trabalho (TRT – 2ª Região). Professor convidado no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Escola Paulista de Direito. Mestre em Direito das Relações Sociais – Direito do Trabalho pela PUC-SP.

**Francisco J. Tapia Guerrero**

Professor de *Derecho del Trabajo de la Facultad de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Chile*. Miembro de Número de la Academia Iberoamericana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social. Dirección electrónica: ftapiag@uc.cl.

**Hector Luiz Martins Figueira**

Professor Universitário na Universidade Estácio de Sá. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida.

**José Alberto Couto Maciel**

Da Academia Brasileira de Direito do Trabalho.  
Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante  
Doutor em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP/PROLAM). Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Convidado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Pontifícia Universidade Católica PUCPR e outros diversos cursos. Membro da Academia Paulista de Letras Jurídica.

**Leandro Fernandez**

Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região. Mestre em Relações Sociais e Novos Direitos pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pelo JusPodivm/BA. Professor. Membro do Instituto Bahiano de Direito do Trabalho (IBDT). Membro do Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Sexta Região — AMATRA VI (gestão 2016/2018).

**Luciana Paula Conforti**

Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UnB, integrante dos grupos de pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (UnB-CNPQ), Trabalho Escravo Contemporâneo (UFRJ-CNPQ) e Direito do Trabalho e Dilemas da Sociedade Contemporânea (UPE-CNPQ). Membro da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho, Juíza do Trabalho do TRT da 6ª Região, Diretora de Direitos Humanos da AMATRA6 (2018-2020) e Diretora de Formação e Cultura da ANAMATRA (2019-2021).



**Ricardo Miguel**

Juiz do Trabalho. Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autônoma de Lisboa. Mestrando em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Professor de Direito Desportivo e Processo do Trabalho da Universidade Cândido Mendes. Membro da Academia Nacional de Direito Desportivo e da Sociedade Brasileira de Direito Desportivo.

**Roberta de Oliveira Souza**

Chefe da Assessoria Jurídica do 9º Ofício da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região. Graduada pela UERJ. Especialista em Direito Público, Processo e Direito do Trabalho.

**Rodolfo Pamplona Filho**

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador (UNIFACS). Professor Associado da graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito Civil e em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito. Coordenador do Curso de Pós-Graduação *on-line* em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho da Estácio, em parceria tecnológica com o CERS. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Máster em *Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil* pela UCLM – Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (antiga Academia Nacional de Direito do Trabalho – ANDT). Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam) e do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil).

**Vicente José Malheiros da Fonseca**

Desembargador do Trabalho, Decano e ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Belém-PA). Professor Emérito da Universidade da Amazônia (UNAMA). Compositor. Membro da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, da Academia Paraense de Música, da Academia de Letras e Artes de Santarém, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós, da Academia Luminescência Brasileira e da Academia de Música do Brasil. Membro Honorário do Instituto dos Advogados do Pará.